

A GRAMÁTICA NA SALA DE AULA: DAS CONCEPÇÕES ÀS PRÁTICAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Anderson Rany Cardoso da Silva (UFPB)

andersomrany031@gmail.com

Wilder Kleber Fernandes de Santana (UFPB)

wildersantana92@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo elencar os principais conceitos de gramática que são divulgados e discutidos na academia e debater sobre as práticas de ensino de Língua Portuguesa envolvendo compêndios de gramática. Para tanto, partimos de uma revisão de literatura, a fim de estabelecer uma interpretação profícua e sistematizada para o objeto gramática. Nesse sentido, a construção do arcabouço teórico se serve de diferentes fontes para atender aos dois pontos que serão discutidos: conceitos de gramática e práticas do ensino de língua portuguesa. Desse modo, as discussões apoiam-se em Irandé Antunes (2007), Carlos Franchi (2006), Mário Eduardo Martelotta (2016), Maria Auxiliadora Bezerra e Maria Augusta Reinaldo (2013), Edilaine Buin (2004), Maria da Graça Costa Val (2002), entre outros que dialogam sobre práticas de ensino de língua que tenham a gramática como objeto de ensino. Os resultados apontam que a gramática pode assumir diferentes concepções a depender do ponto de vista que adotamos e que há inúmeras formas de abordagem desse objeto, desde a abordagem mais tradicional até aquela que trabalha a gramática do texto.

Palavras-chave:

Conceito de gramática. Gramática tradicional. Ensino de língua portuguesa.

ABSTRACT

The article aims list the main grammar concepts that are disseminated and discussed at the university and discuss Portuguese Language teaching practices involving grammar compendiums. Therefore, we started from a literature review, in order to establish a fruitful and systematized interpretation for the grammar object. In this sense, building the theoretical framework consults different sources to address the two points that will be discussed: grammar concepts and practices of Portuguese Language teaching. Thus, the discussions are based on Irandé Antunes (2007), Carlos Franchi (2006), Mário Eduardo Martelotta (2016), Maria Auxiliadora Bezerra e Maria Augusta Reinaldo (2013), Edilaine Buin (2004), Maria da Graça Costa Val (2002), among others who talk about language teaching practices that have grammar as a teaching object. The results indicate that grammar can assume different conceptions depending on the point of view we adopt and that there are numerous ways to approach this object, from the most traditional approach to the one that works text grammar.

Keywords: Grammar concept. Traditional grammar. Portuguese language teaching.

1. Introdução

Costumeiramente, no Brasil, quando se fala em aulas de gramática, a primeira associação feita é a aulas sobre regras que normatizam a língua portuguesa, fator que foi e continua sendo presente na consciência de grande parte da população. Nesse sentido, escola, sociedade e pais exigem que as aulas de gramática sirvam basicamente, para que os alunos aprendam regras aplicáveis em exames e concursos vestibulares. Na concepção dessa tríade (escola, sociedade e família), essa pedagogia é realmente válida para os estudantes da educação básica. Essa linha de pensamento prescreve, acima do estudo do uso da linguagem, a aprendizagem de formas e regras, sejam elas gerais ou particulares. Prestando culto à tradição gramatical, pensa-se que os sujeitos estudantes irão apresentar um bom desempenho nas provas que, possivelmente, farão.

Os alunos que se deparam com um ensino de cunho puramente gramatical acabam travando embates linguísticos contra os professores nas aulas de língua portuguesa, uma vez que são diariamente marginalizados pelos seus usos linguísticos e pela forma de escrever ou falar. Diante disso, a escola não tem, há um bom tempo, aproveitado o português em suas dimensões funcional e discursiva, nem ao menos trabalhado tangenciando elementos sociais. Há uma maior relevância de se estudar gramática para aprovar em concursos e/ou vestibulares de universidades brasileiras, e até mesmo mostrar uma superioridade linguística em detrimento de práticas que valorizem o uso da linguagem.

Isso, de acordo com Irandé Antunes (2007, p. 15), “se mistura numa imensa confusão, agravada pelas pressões sociais em torno do ideal de um falar correto, supostamente mais perfeito e prova de superioridade intelectual e cognitiva”. Por esta linha de raciocínio, percebemos que não é a gramática em si que julga os erros de português das pessoas, mas, sobretudo, uma sociedade específica formada por intelectuais e críticos da linguagem que aponta e regulamenta os usos linguísticos que fogem ao esperado. Quando o domínio das regras não é percebido, há um menosprezo aos sujeitos que não possuem a superioridade intelectual e linguística que se é esperada por alunos de universidades federais que têm aulas mais elaboradas e específicas de língua portuguesa.

Dessa maneira, objetiva-se analisar os principais conceitos de gramática que são divulgados e discutidos em graduações do curso de letras (língua portuguesa) de universidades federais, assim como debater sobre as práticas de ensino de língua portuguesa envolvendo compêndios de

gramática. Nesse sentido, as discussões são seccionadas em dois tópicos: o primeiro intitulado de concepções de gramática, fundamenta e reinsere em debate os inúmeros conceitos de gramática que circulam no curso de letras de universidades federais; o segundo, intitulado práticas do ensino de língua portuguesa, apresenta múltiplas formas de se trabalhar com gramática enquanto objeto de ensino. Os dois tópicos de discussão atuam como pilares para a tessitura de conhecimentos sobre gramática, ensino e práticas de ensino de língua materna.

2. Concepções de gramática

Os conceitos de gramática podem ser inúmeros, a depender das lentes usadas pelo pesquisador. É devido à existência de múltiplos conceitos que não podemos considerá-la como uma mera confusão epistemológica e analítica, uma vez que a gramática ultrapassa tal definição. Discussões de cunho formalista sobre gramática são apresentadas desde os primeiros passos nas aulas de língua materna até e mesmo nos últimos do ensino médio, estendendo-se para aqueles que optaram por cursar letras e/ou áreas afins.

Nessa direcionalidade, a gramática pode ser um conjunto de interpretações e descrições acerca do funcionamento da língua (MARTELOTTA, 2016), um sistema de noções, descrições estruturais e de regras (FRANCHI, 2006) ou até mesmo um conjunto de regras que definem o funcionamento de determinada língua (ANTUNES, 2007). Contudo, esse conjunto de interpretações, o sistema de noções e o conjunto de regras podem ter algo em comum. E esse ponto de encontro entre essas noções mencionadas constitui a norma, que será brevemente detalhada nesse trabalho.

Além de definir como um conjunto de regras, Irandé Antunes (2007) defende que a gramática constitui um montante de normas que regulam o uso da língua, uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem, uma disciplina de estudo e um compêndio descritivo-normativo sobre a língua.

No primeiro conceito, a gramática não consegue abarcar toda a realidade linguística contida numa comunidade da fala, uma vez que, na maioria dos casos, preza por descrever as normas das comunidades de letras e contemplar apenas os usos considerados aceitáveis na ótica da língua socialmente prestigiada.

Para o segundo conceito, a gramática é vista como uma perspectiva de estudos, ou seja, pela ótica do fazer científico, estabelecendo métodos

de investigação sobre as línguas. Sendo assim, é por essa perspectiva que se fala, por exemplo, em gramática tradicional, gramática estruturalista, gramática gerativa, gramática funcionalista.

O terceiro conceito engendra a gramática como uma disciplina de estudo organizada para atender às demandas do ensino básico e as aulas de português que são aprendidas na escola. De acordo com Irlandé Antunes (2007, p. 32), é esse que conceito está “por trás das famosas aulas de gramática e que constitui, em geral, a grande dor de cabeça da comunidade escolar, dos professores e técnicos, da comunidade extraescolar (pais, sobretudo) e, até mesmo, dos próprios alunos”.

Para o quarto conceito, são concebidas gramáticas de cunho descritivo ou normativo. A gramática descritiva tem o objetivo de somente descrever as estruturas da língua, sem estabelecer juízos de valor sobre os usos. A gramática normativa tende a reger os bons usos da língua, apontando aquilo que deve ser (prescrição) ou que não deve ser usado (proscrição).

Diante desses conceitos, vamos nos reportar especificamente ao segundo: a gramática como uma perspectiva de estudos que rege métodos epistemológico e analítico para o estudo das línguas. Nessa linha de raciocínio, a gramática pode ser classificada em tradicional, estruturalista, gerativista e funcionalista.

A gramática tradicional, que em muito se assemelha com a normativa, apresenta, de acordo com Mário Eduardo Martelotta (2016), uma visão preconceituosa do uso da linguagem, não fornece ao estudioso da linguagem uma teoria adequada para descrever o funcionamento gramatical das línguas. Essa gramática surge não agora, ou do século XX para cá com as teorias estruturalistas, ela surge quando os filólogos resolveram descrever regras de gramática empregadas pelos grandes autores clássicos na Alexandria do século III a.C.

Esse tipo de gramática estabelece, portanto, uma tradição nos estudos sobre gramática do ocidente. De acordo com Francisco Eduardo Vieira (2018), essas gramáticas da tradição tentam vigorosamente forçar a natureza da língua a se encaixar nos limites preestabelecidos do paradigma tradicional de gramatização. Para o referido autor, o paradigma tradicional de gramatização é constituído por meio dos seguintes traços: a gramática constrói um modelo artificial e ideal de língua, regula a língua prescrevendo suas formas legítimas, tem função pedagógica, defende que a

melhor língua é a língua do colonizador e deve ensinar a língua correta. Sendo assim, durante anos, a gramática tradicional foi produzida sob o crivo do paradigma tradicional de gramatização.

Além dessa gramática, podemos citar a gramática estrutural ou estruturalista, inaugurada no início do século XX pelo estruturalismo linguístico, sob a influência do linguista Ferdinand de Saussure. Para esse tipo de gramática, a língua é um sistema formado por signos que só têm valor a partir de sua relação com outros signos.

A gramática estrutural toma a linguagem como um conceito binário, que se divide em língua e fala. A primeira é social, coletiva e sistemática, já a segunda é particular, individual e assistemática. Por esses motivos que essa gramática estabelece a língua como seu objeto de estudo. Outro modelo formalista é a gramática gerativa, inaugurada pelo gerativismo linguístico em 1957, influenciada pelas ideias de Noam Chomsky. A linguagem, nessa concepção de gramática, passa a ser vista como uma capacidade inata do indivíduo. Sendo assim, a língua é relacionada à estrutura biológica do ser humano.

O movimento, ou empreendimento gerativo, como bem intitula José Borges Neto (2011), inaugura, então, a gramática universal, que diz respeito à existência de uma estrutura inata comum a todos os indivíduos. A gramática universal possui, em sua estrutura, princípios e parâmetros, sendo os primeiros categorias, conceitos e estruturas comuns a todas as línguas, e os segundos conceitos capazes de diferenciar as línguas naturais umas das outras.

Em contrapartida a esses dois tipos de gramáticas formais, estruturalista e gerativista, surge, então, a gramática funcionalista, responsável por comungar forma e função. Nessa nova perspectiva, os estudos extrapolam os limites da forma, e assumem uma nova roupagem ao estudar as funções da linguagem.

Dessa maneira, a gramática funcional considera o uso da língua, a frase, o texto e o diálogo entre os interlocutores, que funcionam como usuários de uma língua. Além disso, tem uma visão diacrônica de língua e considera que a linguagem reflete um conjunto completo de atividades comunicativas. Dessa maneira, essa gramática alarga o escopo dos estudos linguísticos para além dos fenômenos estruturais. Segundo Mário Eduardo Martelotta (2016), além de analisar as estruturas gramaticais, assim como o estruturalismo e gerativismo, o funcionalismo analisa também a situação

de comunicação inteira: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

É a partir desses pensamentos e discussões, que novas oportunidades se abrem para estabelecer novos estudos, abordagens e experiências analíticas com o objeto *gramática*, e é o que iremos ver no próximo tópico, que irá apresentar além da perspectiva tradicional, novas formas de abordagem da gramática em sala de aula.

3. Práticas do ensino de língua portuguesa

Por muito tempo, o ensino de gramática fez parte dos pesadelos e angústias de inúmeros professores, seja porque era o motivo do tédio dos alunos, seja porque havia, no leque de opções, poucas alternativas metodológicas para se abordar o objeto gramática em salas de aula da educação básica. Diante disso, na maioria das vezes, as aulas de gramática concentravam o tempo em exercícios de classificação morfosintática e nas atividades de preencher o espaço com a conjugação correta do verbo. Em outras e melhores palavras, os exercícios mnemônicos ocupavam o lugar de protagonista.

Contudo, o cenário vem se alterando desde a década de 80, quando João Wanderley Geraldi discute sobre o tema no livro *O Texto na Sala de Aula: Leitura e Produção*¹, publicado sua primeira edição em 1984 pela Editora Assoeste. Com o passar do tempo, o livro foi relançado pela Editora Ática e hoje tem por título somente *O Texto na Sala de Aula*. De acordo com Janaína Zaidan Bicalho Fonseca (2015, p. 481), a obra se configurou como uma espécie de “estandarte de militância e resistência contra práticas didáticas consideradas obsoletas e incoerentes com o novo perfil de aluno que preenchia as carteiras das escolas do Brasil na década de 80”. Sendo assim, a obra se constitui como um marco entre o que pensamos de ensino tradicional de gramática e prática de análise linguística. Para tanto, iremos fazer um percurso que vai apresentar a perspectiva da gramática tradicional até às práticas mais atuais de se abordar o ensino de língua na escola.

Nesse sentido, e para início de diálogo, a gramática, em seus

¹ Nome do livro em sua primeira edição, posteriormente sofreu algumas alterações e o título foi reduzido para *O Texto na Sala de Aula*.

primórdios alexandrinos, representava uma arte, que servia para auxiliar na escrita e volta-se apenas para os usos literários de autores progressos (cf. VIEIRA, 2016). A gramática tradicional, então, era responsável por separar língua falada de língua escrita, e dar a essa um lugar de protagonista, e para aquela de antagonista, pois enquanto na fala residia o caos, na escrita residia a organização.

Na esteira de Marcos Bagno (2004), que se apropriou das palavras de João Bosco e Aldir Blanc, a gramática tradicional se transformou em uma corda usada para separar os blocos dos falantes da língua, delimitando espaços, impondo um único minueto. Diante disso, uma corda para organizar o carnaval da língua. E assim permanece até os dias atuais, em que a língua das classes dominantes é valorizada, seja em meios de comunicação ou em zonas de maior monitoramento linguístico, como textos acadêmicos e jurídicos.

Entre idas e vindas, uma coisa é certa: a gramática tradicional é responsável por limitar e conceder estereótipos que, na maioria das vezes, podem deixar sequelas nos alunos. Além dessa responsabilidade, ela carrega em seu saco de surpresas exercícios de memorização de categorias morfológicas e sintáticas que não dialogam com os usos dos alunos, por exemplo. Pensando nisso, a gramática tradicional se constitui, pois, como uma doutrina, uma tentativa não científica de explicar os fenômenos da língua (cf. BAGNO, 2004), ou como prefere intitular Francisco Eduardo Vieira (2015), se instala nas culturas ocidentais como um paradigma.

Em contrapartida, os estudos da ciência linguística revelam ou inauguram alguns pontos de ruptura em relação com a gramática tradicional, sendo alguns deles: introdução da língua falada, valorização de inúmeros gêneros textuais para o ensino de língua, estudo da gramática e do texto, entre outros pontos que foram de fundamental importância para mudar o paradigma e revelar uma virada no ensino de gramática.

Entre as propostas de ensino de gramática advindas da universidade, algumas serão discutidas neste trabalho: 1) A gramática a serviço do desenvolvimento da escrita (BUIN, 2004); 2) A gramática do texto, no texto (COSTA VAL, 2002) e 3) a prática de análise linguística. (MENDONÇA, 2005; SILVA & MORAIS, 2009; BEZERRA & REINALDO, 2013)

Dessa feita, a primeira proposta é de Edilaine Buin (2004), em que ela advoga que o ensino de gramática deve favorecer o desenvolvimento

da escrita dos alunos. A autora se apoia nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para defender que o estudo da gramática precisa ser uma estratégia para compreensão, interpretação e produção de textos. Mesmo que o ensino de gramática tradicional realize uma tentativa de reflexão sobre o funcionamento da língua, parece não estar contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de leitura e escrita dos alunos da educação básica.

O ensino de língua deve adotar como objetivo o desenvolvimento das competências e capacidades discursivas do discente. Para alcançar esse texto, de acordo com a autora, a orientação é de que o texto seja a unidade de ensino. O texto deve ser o ponto de partida e chegada das aulas de língua portuguesa. Em outras palavras, é o texto que está no centro, e em suas arestas outras competências, que serão desenvolvidas a reboque dele. A imagem abaixo esclarece melhor essas palavras:

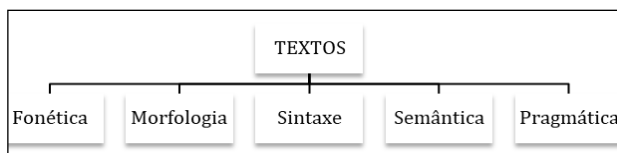


Figura 1: Ensino de gramática na escola.

Elaborada pelo autor, com base nas contribuições de Edilaine Buin (2004)

Dessa maneira, o texto é responsável por desenvolver todas as habilidades dos alunos, seja da fonética, ou até mesmo da pragmática. É o texto quem carrega as outras capacidades dos alunos. E, conseqüentemente, por meio disso, o discente vai conseguir desenvolver as habilidades de leitura e escrita. O trabalho que preza pela gramática a favor da escrita é desenvolvido através de alguns pontos: 1) Solicitação de texto; 2) Correção desse texto; 3) Identificação da coerência textual global (organização, relação entre as partes); 4) Compreensão dos aspectos relativos à morfossintaxe; 5) Identificação de erros de convenção gráfica e, por último, mas não menos importante, 6) Reescrita.

A segunda proposta, que está em diálogo com a primeira, é intitulada por Maria da Graça Costa Val (2002) como a gramática do texto, no texto, que também preza por essa valorização do texto escrito dos alunos. Porém, para a referida autora, saber português é desenvolver as competências anteriormente descritas, mas é também “ser capaz de interagir com sucesso nas diversas práticas sociais de linguagem, usando adequadamente variedades da língua, de acordo com as circunstâncias que condicional esse uso”. (COSTA VAL, 2002, p. 111)

A gramática do texto aponta que os professores devem pensar nas aulas de língua portuguesa não mais tendo como foco a análise sintática e mnemônica de palavras e frases soltas, mas sim em articulação com textos de diferentes esferas comunicativas. O plano analítico sai da palavra ou frase e vai para o texto, representando, então, uma evolução no modo de planejar as aulas. De acordo com palavras da autora, a proposta é

a inversão desse caminho tradicional – teoria-exemplo-exercício –, de modo que o trabalho comece da prática para chegar à teoria, vá do concreto para o abstrato, parta do que é conhecido pelo aluno para depois lhe apresentar o desafio do desconhecido. (COSTA VAL, 2002, p. 119)

Diferente dessa proposta, a prática de análise linguística requer tanto a abordagem de questões envolvendo a gramática tradicional, quanto de questões a propósito do texto. De acordo com Márcia Mendonça, as práticas tradicionais de ensino de gramática ainda convivem, em sala de aula, com a prática de análise linguística. Para diferenciar ensino de gramática da prática de análise linguística, Márcia Mendonça (2005) propõe um quadro com os principais pontos, que será reproduzido abaixo.

Tópico	Ensino de gramática	Prática de análise linguística
Concepção de língua	Sistema, estrutura inflexível e invariável	Ação interlocutiva situada
Eixos de ensino	Fragmentação dos eixos de ensino: as aulas de gramática não se relacionam com as de leitura e escrita	Integração entre eixos de ensino
Metodologia	Transmissiva	Reflexiva
Atividades	Privilegio das atividades metalinguísticas	Trabalho paralelo com habilidades metalinguísticas e epilinguísticas
Conteúdos	Ênfase nos conteúdos gramaticais como objeto de ensino, abordados isoladamente	Ênfase nos usos como objeto de ensino
Norma ou uso	Centralidade da norma-padrão	Centralidade dos efeitos de sentido
Gêneros textuais	Ausência de relação com as especificidades dos gêneros, uma vez que a análise é mais de cunho estrutural	Fusão com o trabalho com os gêneros
Unidades privilegiadas	A palavra, a frase e o período	O texto
Tipo de questões	Preferência pelos exercícios estruturais e de classificação	Preferência por questões abertas e de atividades de pesquisa

Quadro 1: Diferenças entre ensino de gramática e prática de análise linguística.
Fonte: Reproduzido de Márcia Mendonça (2005)

A partir do quadro, percebemos que a prática de análise linguística possui algumas características que a diferencia de outras práticas comuns: valorização dos efeitos de sentido do texto, valorização dos múltiplos gêneros textuais existentes na sociedade, preferência por atividades reflexivas, trabalho com os usos linguísticos e a integração entre os eixos de ensino.

Diante do que foi exposto, há, portanto, inúmeras possibilidades metodológicas para o ensino de gramática na escola, seja a perspectiva tradicional, mais conhecida por todos, seja por meio de outras práticas: ensino de escrita, gramática do texto e a prática de análise linguística. Elas são complementares e auxiliam no desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita dos alunos, fazendo com que esses não somente decorem as regras, mas que façam o mais importante: reflexão sobre os seus próprios usos da língua. Nesse sentido, a tríade uso → reflexão → uso ganha escopo na sala de aula.

4. Considerações finais

A partir das discussões empreendidas neste artigo podemos, portanto, apontar que o conceito de gramática é múltiplo, indo desde o mais estruturalista até o mais funcionalista. Como vimos, de acordo com Mário Eduardo Martelotta (2016), as gramáticas podem ser classificadas em tradicional, estrutural, gerativa e funcionalista. Esses conceitos não são estanques entre si, eles dialogam para atender as necessidades analíticas dentro de cada uma das teorias que eles representam.

Além das concepções, discutimos também sobre o ensino de gramática e outros tipos de prática que circundam a educação básica, entre elas: o ensino de gramática em favorecimento da escrita, da gramática do texto e da prática de análise linguística. Todas elas aparecem para somar e favorecer o ensino de língua portuguesa na escola. Na maioria das vezes, essas propostas inserem o trabalho de gramática tradicional em diálogo com aspectos textuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. Não põe corda no meu bloco: da gramática tradicional

da antiguidade à ciência linguística moderna. In: _____. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004, p. 15-68.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013.

BORGES NETO, José. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Christina. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos* 3. São Paulo: Cortez, 2011, p. 93-130.

BUIN, Edilaine. A gramática a serviço do desenvolvimento da escrita. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, vol. 4, n. 1, p. 155-171, 2004.

COSTA VAL, Maria da Graça. A gramática do texto, no texto. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, vol. 10, n. 2, p. 107-133, 2002.

FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramáticas em perspectiva. In: ____; _____. *Gramáticas Brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2015, p. 293-318.

FONSECA, Janaína Zaidan Bicalho. O texto na sala de aula: uma ponte entre o passado e o presente. *Revista Escripta*. Minas Gerais, vol. 19, n. 36, p. 481-486, 2015.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

GERALDI, João Wanderley *et al* (Orgs.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 1984.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: _____. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 43-68.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: ____; BUNZEN, Clécio. *Português no ensino médio e formação de professor*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 199-220.

OLIVEIRA, Luciano Amara. O ensino pragmático de gramática. In: _____. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010, 231-264.

POSSENTI, Sírio. Gramática: os diversos contextos. In: _____. *Questões de*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

linguagem: passeio gramatical dirigido. São Paulo: Parábola, 2011, p. 13-96.

SILVA, Alexsandro da; MORAIS, Artur Gomes de. Entre “ensino de gramática” e “análise linguística”: um estudo sobre mudanças em livros didáticos de língua portuguesa. 19º EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2009.

SILVA, Myrian Barbosa. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 253-267.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

_____. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. (Orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2015, p. 19-70.